

Avaliação Psicológica: percursos e percalços no Brasil¹

Danielle Cabral Ventura²

Geórgia Martins Baeta Neves³

Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN)

Resumo

O presente artigo consiste em uma revisão sistemática de literatura que se refere ao histórico, desafios e avanços da Avaliação Psicológica no Brasil. Faz-se um resumo histórico de ocorrências importantes e uma apreciação geral da produção de artigos. Buscou-se tratar embasamentos epistemológicos do campo, bem como suas afinidades com a ciência e a integração do pensamento psicométrico e projetivo. Posteriormente, explana sobre a importância da revisão do ensino nos cursos de graduação trazendo subsídios e definições acerca do tema.

Palavras-chave: Avaliação Psicológica. Instrumentos Psicológicos. Formação.

¹ Artigo científico desenvolvido pela primeira autora sob orientação da segunda, para obtenção de Título de Especialista em Avaliação Psicológica pelo Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN), Natal/RN – Brasil.

² Psicóloga, Graduada pela Universidade Potiguar (UnP), e discente da Especialização em Avaliação Psicológica pelo Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN), Natal/RN – Brasil.

³ Psicóloga, Docente no Curso de Psicologia e Coordenadora da Especialização em Avaliação Psicológica pelo Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN), Natal/RN – Brasil.

Psychological evaluation: pathways and mishaps in Brazil

Danielle Cabral Ventura

Geórgia Martins Baeta Neves

Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN)

ABSTRACT

The present article consists of a systematic review of literature that refers to the history, challenges and advances of Psychological Evaluation in Brazil. There is a historical summary of important occurrences and a general appreciation of the production of articles. It was tried to treat epistemological bases of the field, as well as its affinities with the science and the integration of the psychometric and projective thought. Subsequently, explain the importance of the revision of teaching in undergraduate courses bringing subsidies and definitions about the subject.

Keywords: Psychological evaluation. Psychological Instruments. Formation.

1. INTRODUÇÃO

A Avaliação Psicológica é uma função privativa do Psicólogo, como determina a Lei nº 4.119 de 27/08/62 (alínea, a', do parágrafo 1º do artigo 13).

De uma forma geral, como apresentado na resolução CFP N.º 007/2003,

a avaliação psicológica é entendida como processo técnico-científico de coleta de dados, estudos e interpretação a respeito de fenômenos psicológicos que são resultantes da relação indivíduo com a sociedade, utilizando-se, para tanto, de estratégias psicológicas, métodos, técnicas e instrumentos.

Ela é diligente, e se constituem fonte de subsídios de caráter explicativo sobre os fenômenos psicológicos, com a finalidade de subsidiar os trabalhos nos diferentes campos de atuação do psicólogo, dentre os quais estão saúde, educação, trabalho e demais setores em que ela se fizer necessária. Trata-se de um estudo que

requer um planejamento precedente e cauteloso, de acordo com a demanda e os fins ao qual a avaliação se designa.

De acordo com Alchieri e Cruz (2003) a avaliação psicológica, abrangentemente, é resultante de três critérios ou aspectos interdependentes, a saber: a medida, o instrumento e o processo de avaliação. Cada critério possuindo uma representação teórica e metodológica. Dessa forma os mesmos dimensionam o processo de avaliação psicológica em: observação, inquirição e medida. A primeira dimensão com foco na ação; conteúdo, comportamental; a segunda com foco por meio de entrevista e conteúdo na relação entre avaliador e avaliado; e a terceira no comportamento; conteúdo, ação representada.

Diante disso, toda avaliação tem como desígnio categorizar, conferir, ponderar ou contrastar dados quantitativos ou qualitativos, obtidos por meio de diferentes procedimentos e ao se tratar dos alicerces da avaliação psicológica, é preciso abranger a diversidade de abordagens que são pressupostos às práticas de diferentes grupos dentro da área.

Faz-se necessário que o processo avaliativo apresente limpidez metodológica, isto é, ter clareza do caminho para se percorrer segundo finalidade pré-compreendida.

Ocampo e Arzeno (1981) enfatizam a necessidade de esclarecer a dinâmica do caso, integrando-o em uma representação global, além de simplesmente mencionar seus dados constitutivos. Os papéis do profissional e do cliente devem estar bem instituídos por meio de um contrato que envolve a solicitação e o compromisso diante dessa solicitação, pois as decisões tomadas no percurso da avaliação levam à mudança no estilo de vida do sujeito. Desse modo, a devolutiva ao sujeito e implicações afins tem igual importância ético-moral.

2. INSTRUMENTOS

Por ser uma atividade mais complexa, constituinte da busca sistemática de conhecimento a respeito do funcionamento psicológico das pessoas, de tal forma a poder orientar ações e decisões futuras, a avaliação psicológica, deve-se, em primeiro lugar, ser distinguida dos instrumentos de avaliação. Dessa forma, os instrumentos constituem-se em procedimentos sistemáticos de coleta de informações úteis e confiáveis que possam servir de base ao processo mais amplo e

complexo da avaliação psicológica. Portanto, os instrumentos estão contidos no processo mais amplo da avaliação psicológica (PRIMI, NASCIMENTO & SOUZA, 2004).

A prática da Avaliação Psicológica tem sido considerada um desafio no exercício profissional, uma vez que há equívocos entre alguns procedimentos, devido, entre outras razões, à falta de clareza no significado da avaliação psicológica, muitas vezes, confundindo-se o processo com o instrumento utilizado.

Essa falta de nitidez conceitual tem decorrência no desenvolvimento da área enquanto conhecimento e práticas, além de tratar-se de um reducionismo conceitual.

A Resolução N.º 02/2003 do Conselho Federal de Psicologia reafirma o caráter instrumental dos testes, com características positivistas.

Art. 1º - Os Testes Psicológicos são instrumentos de avaliação ou mensuração de características psicológicas, constituindo-se um método ou uma técnica de uso privativo do psicólogo, em decorrência do que dispõe o § 1º do Art. 13 da Lei no 4.119/62.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no caput deste artigo, os testes psicológicos são procedimentos sistemáticos de observação e registro de amostras de comportamentos e respostas de indivíduos com o objetivo de descrever e/ou mensurar características e processos psicológicos, compreendidos tradicionalmente nas áreas emoção/afeto, cognição/inteligência, motivação, personalidade, psicomotricidade, atenção, memória, percepção, dentre outras, nas suas mais diversas formas de expressão, segundo padrões definidos pela construção dos instrumentos.

Outro ponto a ser observado são as diferenças entre os estilos e caracteres de raciocínio que podem ser compreendidos por diferentes abordagens, uma mais psicométrica, voltada à pesquisa, e outra mais aplicada, voltada à prática clínica.

Cronbach (1996) define essas diferenças ao descrever as características dos estilos psicométrico e projetista. No primeiro estilo observa-se que os conceitos fundamentais estão ancorados nas dimensões interindividuais que explicam consistências comportamentais, prescindindo as dimensões psicológicas a partir da análise da semelhança entre variantes interindividuais. Esse pensamento mais psicométrico, deu procedência às escalas de autorrelato e aos testes de inteligência, afirmando-se por meio do fundamento empírico e pelos métodos mais sistemáticos.

O segundo estilo, procedente do modelo clínico tem como foco o indivíduo e estudos de casos, estando ancorado em configurações intraindividuais que são usadas para explicar e entender o sujeito. Dessa forma busca-se compreender mais

profundamente o indivíduo considerando todas as variáveis disponíveis sobre a pessoa, bem como sua interação na configuração de um padrão individual único. Esse estilo de pensamento mais impressionista enfatiza interpretações mais holísticas e flexíveis e considera de maneira mais livre o conjunto de variáveis expressas, de forma a buscar a elaboração de entendimentos mais amplos sobre a pessoa.

Resumidamente a diferença entre as duas situa-se na alteração entre conceitos basilares dessas duas abordagens, uma partindo de uma conceituação interindividual, prescindidas dos indivíduos, deixando-os em segundo plano, e a outra se iniciando pelo aspecto intraindividual, de forma a colocar o indivíduo em primeiro plano.

Para além dos estilos aqui tratados devem-se observar outros fatores hierarquicamente superiores, as outras variáveis referentes ao contexto, tais como outras características da pessoa e o contexto histórico imediato e de longo prazo que podem interferir ou interagir no sentido das variáveis e do perfil a ser interpretado.

Outro ponto merecedor de atenção do profissional no uso do instrumento de avaliação psicológica segundo Peline e Leme (2011) são as precauções que devem ser tomadas na sua aplicação e os cuidados com o material, o ambiente da testagem, as condições da aplicação, o aplicador, a questão legal de seu uso e de sua aplicação e o sigilo dos resultados. Dessa forma, realizar a avaliação psicológica em condições ambientais apropriadas, de modo a assegurar a qualidade e o sigilo das informações obtidas; conservar os documentos produzidos decorrentes de avaliação psicológica em arquivos protegidos e de acesso controlado; resguardar a integridade dos instrumentos, não os comercializando, publicando ou instruindo àqueles que não são psicólogos; a entrevista devolutiva, direito do avaliando e dever do avaliador.

3. TRAJETÓRIA NO BRASIL

A avaliação psicológica talvez seja uma das áreas mais remotas da psicologia. Ao nascer, teve uma de suas concentrações – o desenvolvimento dos testes psicológicos e da psicometria – voltadas a seleção de soldados nas grandes guerras (ANASTASI & URBINA, 2000).

Medeiros e Albuquerque (1924) revelam que as experiências iniciais com avaliação psicológica no País ocorreram em um momento histórico que a Psicologia ainda era incipiente. Dessa maneira pode-se reconhecer que a área surgiu precocemente, atrelada às demandas sociais da época, e criando a expectativas de que o seu desenvolvimento seria promissor.

Pasquali e Alchieri (2001) destacaram que o desenvolvimento da testagem e da avaliação psicológica no Brasil passou por cinco fases, tendo início na primeira metade do século XIX. Tais períodos são: produção médico-científica acadêmica (1836-1930); estabelecimento e difusão da psicologia no ensino nas universidades (1930-1962); criação dos cursos de graduação em psicologia (1962-1970); implantação dos cursos de pós-graduação (1970-1987); e emergência dos laboratórios de pesquisa, de 1987 em diante.

A partir de meados da década de 1990, o cenário da área tem se modificado com a organização de associações científicas e movimentos políticos da Psicologia brasileira. Nesse caminho estão a Associação Brasileira de Rorschach e outros métodos projetivos – ASBRO e o Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica – IBAP, fundados, respectivamente, em 1993 e 1998 com o intento de promover o desenvolvimento da área e de representar a avaliação psicológica em órgãos e instituições de interesse do psicólogo.

Desde seu surgimento, o IBAP tem fomentado ações em prol da melhoria de qualidade dos testes e da avaliação psicológica no Brasil por meio da publicação de revistas científicas, como também a promoção de congressos e eventos que estimulam a produção científica e a reunião de profissionais em torno do tema (GOMES, 2003; HUTZ; BANDEIRA, 2003; AMBIEL; PACANARO, 2011).

Em 2002 houve a elaboração do documento intitulado 'Em defesa da Avaliação Psicológica', no qual sugeriam conteúdos que deveriam fazer parte dos currículos de formação do psicólogo brasileiro na área de avaliação psicológica e em 2003 a criação do Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos (SATEPSI) com a preocupação de certificar os instrumentos de avaliação psicológica para uso profissional, com a finalidade de avaliar e qualificar os instrumentos psicológicos como aptos (pareceres favoráveis) ou inaptos (pareceres desfavoráveis) para uso. (PACANARO et. al., 2011, p.34).

Pode-se inferir que o Brasil tornou-se pioneiro com a implementação de um sistema de certificação baseado em critérios internacionais de qualidade de testes,

uma vez que abrange todos os instrumentos usados profissionalmente em um país. Também é possível observar um aumento significativo nas publicações e nos instrumentos aprovados pelo SATEPSI, sinalizando aumento de produtos qualificados.

4. PERCALÇOS

Quando se trata de avaliação psicológica, tanto é possível introduzir-se no debate pela porta da prática do desempenho profissional quanto pelo caminho da ciência. Trabalhar com avaliação psicológica implica, essencialmente, conhecer critérios de cientificidade que, na realidade, significam marcos na definição da qualidade de um determinado instrumento técnico, na compatibilidade com a demanda na qual se pretende utilizá-lo.

A avaliação psicológica é norteadada por uma grande preocupação com os avanços metodológicos, tecnológicos e teóricos, com a qualificação e normatização dos instrumentos disponíveis, com a necessidade de contextualização dos resultados obtidos, com a validade consequencial e clínica dos testes e com a relevância social das avaliações realizadas (REPPOLD, 2011, p. 23-24).

Conhecer o que é o procedimento de avaliação seguramente acrescentaria à formação e, por conseguinte, à prática profissional maior consciência dessa atividade, facilitando uma compreensão diagnóstica mais agregada.

O aprimoramento profissional tem duas grandes vertentes desafiadoras de aprendizagem. A primeira, a formação de base própria da academia, a graduação em psicologia. E a segunda, a formação continuada dos profissionais que estão no mercado de trabalho.

No tocante à formação, parece claro que a falta de excelência está diretamente relacionada à redução de carga horária de disciplinas da área de avaliação psicológica, o que acarretou um treinamento superficial do uso de testes e de outros recursos, e, especialmente, uma visão fragmentada do processo avaliativo. Disciplinas que compõem o arcabouço da área, as quais deveriam ser contempladas na grade curricular de psicologia: estatística, psicometria, técnicas de exame psicológico (TEP), avaliação psicológica, psicodiagnóstico e elaboração de laudos devem ser conteúdos imprescindíveis nos cursos de Psicologia para o

desenvolvimento do conhecimento científico na área de Avaliação Psicológica, afirmam Noronha et al. (2002).

O precário conteúdo abordado com o futuro profissional nas faculdades e universidades refere-se à direção e à avaliação de determinadas técnicas que muitas vezes são permeadas de um automatismo acrítico. Para tanto, a formação brasileira precisa ser reexaminada, fazendo-se necessário que as habilidades previstas nas diretrizes curriculares, sejam de fato desenvolvidas durante o período de graduação e atualizadas por meio de formação continuada. Somente assim os psicólogos poderão sair das instituições de graduação em condição de realizar processos avaliativos apropriados e de prover diagnósticos e prognósticos seguros em distintos campos de atuação.

A reserva de mercado somente deve ser garantida se os psicólogos, pela sua formação, tiverem condições de compreender a complexidade de um processo avaliativo e dispuserem de recursos e conhecimentos que lhes possibilitem ponderar em que circunstâncias uma avaliação deve ser realizada, quais os melhores instrumentos a utilizar em cada caso e como interpretar, de forma contextualizada, os dados obtidos por meio da avaliação (NORONHA e REPPOLD, 2010, p. 199).

O psicólogo, atuando em várias áreas como avaliador do movimento psíquico, deve ser perito em humanização! Sob essa mesma perspectiva, qual seja, a da formação, os psicólogos precisam incorporar, em suas práticas profissionais, a atualização continuada. Constantemente novos campos de atuação profissional têm se constituído, e o psicólogo tem sido chamado a contribuir, de forma interdisciplinar, com práticas de avaliação.

O avanço da área demanda uma melhora substancial nessa formação e em medidas que de fato promovam a conexão entre pesquisa e prática profissional. Fazendo-se necessária competência em conhecimentos mais específicos, tais como raciocínio matemático, conhecimentos de estatística e de métodos de pesquisa. Outros aspectos também foram ressaltados por Silva (2004) e por Noronha e Freitas (2005), como a importância do domínio de teorias e o uso adequado de instrumentos de coleta de dados, tais como testes e técnicas.

Segundo Bitencourt (2001), o conceito de competência é apreendido como a capacidade do indivíduo em assentar e mobilizar recursos internos e externos, agregados às suas habilidades e conhecimento prévio, além da probabilidade de colocá-los em prática. Portanto, o comprometimento teórico-prático do graduando ou

profissional, como sua constante prática, treinamento, supervisão são subsídios essenciais de qualificação.

5. CONCLUSÃO

Para o presente século, esperasse que seja arrogada ao profissional a aptidão necessária para o cumprimento das ações, de modo que o garantido por código seja advindo de competência e segurança nas suas práticas avaliativas. Ampara-se, com isso, que a avaliação seja realizada apenas por profissionais que tenham a alçada para tal, e não por qualquer psicólogo, já que a eles é dado o direito de avaliar.

Adicionalmente, se as formações forem mais estimadas ao longo do curso, é presumível que mais psicólogos se interessem pela área, minimizando o pré-conceito e aumentando a quantidade de profissionais e recursos na área.

Avaliar é necessário em distintos contextos de atuação, pois, além de prover informações preciosas dos aspectos psicológicos dos processos avaliados, colabora para uma atuação mais apurada e concisa.

A avaliação psicológica busca garantir a autonomia dos homens por meio do conhecimento sobre si mesmo e pode possibilitar que o indivíduo seja empoderado de sua própria história de vida, e não, simplesmente, impossibilitado de seguir vivendo, reduzido a uma patologia ou a uma incapacidade (AVOGLIA, 2012, p.188).

Neste sentido, segundo Noronha e Reppold (2010), é crucial que o ensino da avaliação psicológica, exercício restrito aos psicólogos, privilegie, além de competências técnicas, a experiência de situações práticas que envolvam dilemas relacionados à ética, ao respeito à dignidade e aos Direitos Humanos, à preocupação com o bem-estar do outro e à responsabilidade social.

Por esse motivo, o profissional tem, em sua prática, grande responsabilidade ética, que alude ao emprego de conhecimentos profissionais disponíveis, selecionando aqueles amparados por evidências científicas. Essa atitude tem por finalidade servir aos interesses das pessoas envolvidas, da melhor forma possível, administrar as práticas mais eficazes e ajudar a evitar erros. Ressalva-se, também, a grande responsabilidade que o profissional deve avocar, de ponderar os limites do que pode fazer diante do estado do conhecimento da área, e refletir sobre os dilemas

éticos que eventualmente apareçam, buscando sempre seguros princípios e as orientações desenvolvidos pelos órgãos e comunidades científicas e profissionais.

Pode-se concluir que a prática de avaliação psicológica, quando concretizada de forma responsável e coesa com o contexto social do indivíduo e quando substanciada com instrumentos validados e normatizados para a população da qual o indivíduo faz parte, busca garantir atenção às diversificadas individuais e às necessidades dos indivíduos/grupos.

Muitos são ainda os desafios, especialmente no que diz respeito à formação de um profissional qualificado para o exercício de sua profissão, mas grandes passos nessa direção estão sendo dados.

Por fim, apetece-se o reconhecimento social da prática avaliativa. A avaliação psicológica precisa ser compreendida como competência indispensável ao psicólogo – como é disposto nas diretrizes curriculares – e como área que demanda formação específica e atualizada, o que justifica o título de Especialista.

REFERÊNCIAS

ALCHIERI, J. C., & CRUZ, R. M. **Avaliação psicológica: Conceito, métodos e instrumentos.** São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2003.

AMBIEL, R. A. M.; PACANARO, S. V. **Da testagem à avaliação psicológica: aspectos históricos e perspectivas futuras.** In: AMBIEL; Rodolfo A. M. et. al. **Avaliação Psicológica: guia de consulta para estudantes e profissionais de psicologia.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, cap. 1, p.11-27.

ANASTASI, A., & URBINA, S. **Testagem psicológica.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

AVOGLIA, Hilda Rosa Capelão. **O sentido da avaliação psicológica no contexto e para o contexto: uma questão de direito.** *Psicol inf.* [online]. 2012, vol.16, n.16, pp. 179-190.

BRASIL, Lei nº 4.119 de 27/08/62, de 27 de Ago. de 1962. **Cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo.** Brasília, DF, 1962, Ago;

CAIXETA, L. V. & SILVA, I. I. C. **Avaliação psicológica: possibilidades e desafios atuais.** Revista Perquirere, 2014.

CRONBACH, L. J. **Fundamentos da testagem psicológica.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

Conselho Federal de Psicologia – CFP (2001). **Resolução N.º 002/2003.** Brasília: CFP.

Conselho Federal de Psicologia. **Ano da Avaliação Psicológica – Textos geradores** - Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011. 156 p.

GOMES, W.B. Pesquisa e práticas em Psicologia no Brasil. In: O. H. Yamamoto; V. V. Gouveia (orgs.). **Construindo a Psicologia Brasileira: desafios da ciência e prática psicológica.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 23-59.

HUTZ, C. S., & BANDEIRA, D. R. (2003). **Avaliação psicológica no Brasil: situação atual e desafios para o futuro.** In O. H. Yamamoto & V. V. Gouveia (Orgs.), **Construindo a psicologia brasileira: desafios para a ciência e prática psicológica** (pp. 261-277). São Paulo: Casa do Psicólogo.

NORONHA, A. P. P., CARVALHO, L. F., Miguel, F. K., Souza, M., & Santos, A. A. (2010). **Sobre o ensino de avaliação psicológica.** *Avaliação Psicológica*, 9(1), 139-146.

NORONHA, A. P. P., ZIVIANI, C., HUTZ, C. S., BANDEIRA, D. R., CUSTÓDIO, E. M., ALVES, I. C. B. et al. (2002). **Em Defesa da Avaliação Psicológica.** *Avaliação Psicológica*, 2(2), 173-174.

NORONHA, Ana Paula Porto and REPPOLD, Caroline Tozzi. **Considerações sobre a avaliação Psicológica no Brasil.** *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2010, vol.30, n.spe, pp.192-201.

NORONHA, A. P. P. & FREITAS, F. A. (2005). **Testes psicológicos, usos e conhecimento.** *Psico*, 36(1), 21-28.

OCAMPO, M. L. S.; ARZENO, M. G. E. **O processo psicodiagnóstico.** In: OCAMPO, M. L. S.; ARZENO, M. G. E.; PICCOLO, E.G. (Orgs). O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1985, p.13-19

PACANARO, S. V. et. al. **Panorama atual dos testes psicológicos no Brasil de 2003 a 2011.** In: AMBIEL; Rodolfo A. M. et. al. Avaliação Psicológica: guia de consulta para estudantes e profissionais de psicologia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, cap. 1, p.11-27.

PASQUALI, L; ALCHIERI, J.C. **Os testes psicológicos no Brasil.** In: L. Pasquali (org.). Técnicas de Exame Psicológico – TEP: fundamentos de técnicas psicológicas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. p. 195-221.

PELLINI, M. C. B. M.; SÁ LEME, I. F. A. **A ética no uso de testes no processo de avaliação psicológica.** In: AMBIEL; Rodolfo A. M. et. al. Avaliação Psicológica: guia de consulta para estudantes e profissionais de psicologia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, cap. 7, p.163-181.

PRIMI, Ricardo. **Avaliação psicológica no Brasil: fundamentos, situação atual e direções para o futuro.** Psic.: Teor. e Pesq. [online]. 2010, vol.26, n.spe, pp.25-35.

PRIMI, R., NASCIMENTO, R. S. G. F., & SOUZA, A. S. (2004). **Critérios para avaliação de testes psicológicos.** Em Conselho Federal de Psicologia - CFP (Org.), Avaliação dos testes psicológicos: relatório (pp. 31-55). Brasília: CFP.

SILVA, J. A.(2004). **O uso da avaliação e a avaliação de seu uso.** Paidéia, 14(29), 255-264.

VILLEMOR-AMARAL, Anna Elisa de andPASQUALINI-CASADO, Lílian. **A cientificidade das técnicas projetivas em debate.**Psico-USF (Impr.) [online]. 2006, vol.11, n.2, pp.185-193.